

EM TEMPO:

Periódico Nacional

Nº 224

25 de fevereiro a 15 de março de 1988

Ano XI

Cz\$ 60,00

Levar p'rás ruas o grito das diretas

**O PT na vanguarda do
"Dia Nacional de
Advertência"
- 4 de março -
É hora de fazer crescer a
candidatura de Lula à
presidência**

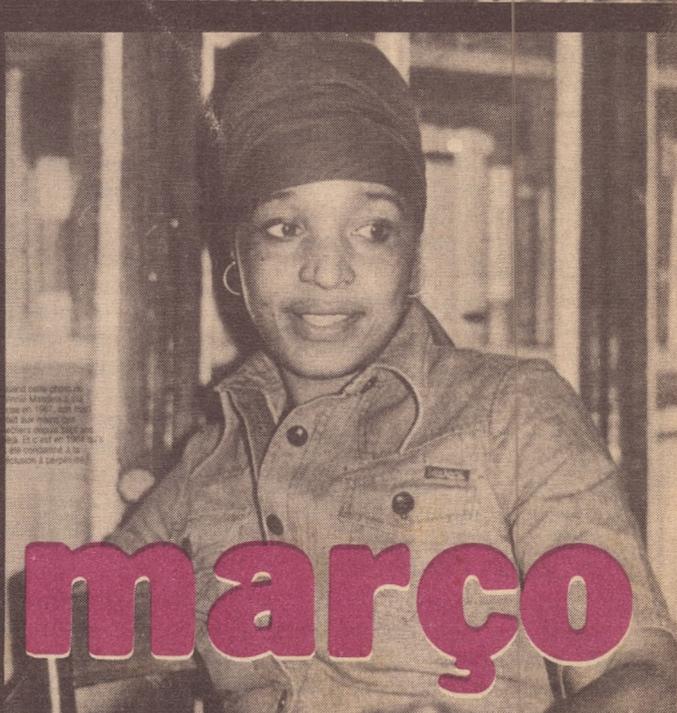
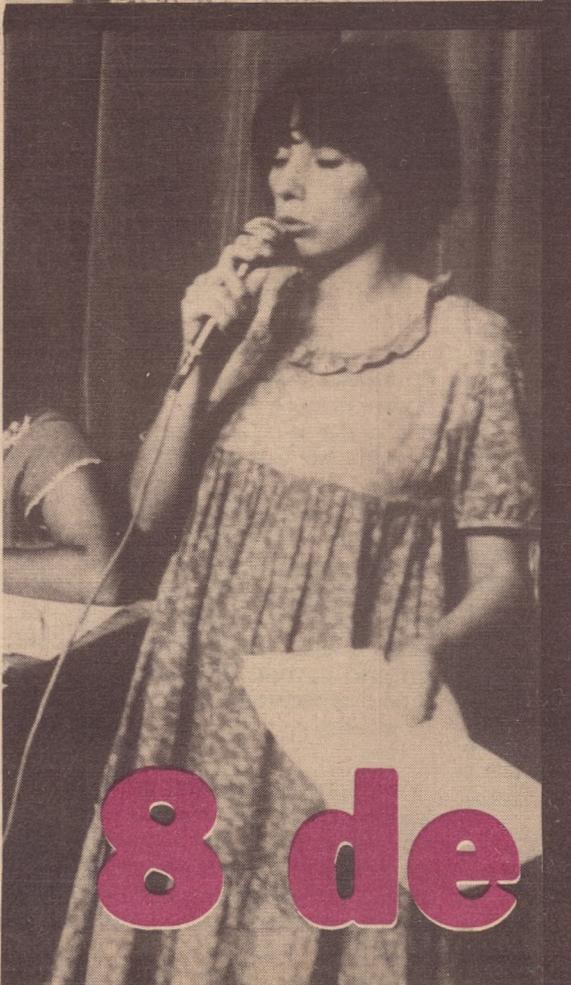
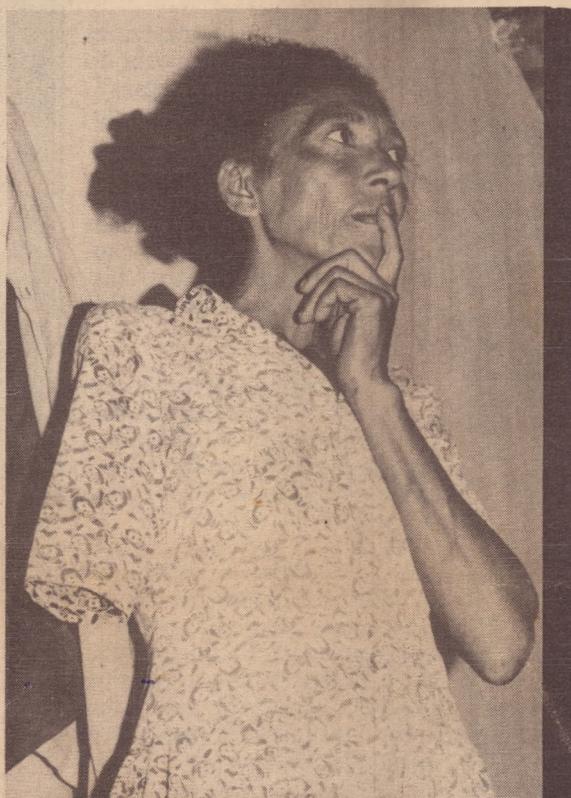
(págs. 2,3 e 4)

PALESTINA



**A revolta
de um povo**

(págs. 10 e 11)



8 de março

Desafios do movimento de mulheres (Págs. 6 e 7)

A crise do governo amadurece.

O Diretório Nacional do PT avalia a conjuntura, enquanto a Executiva Nacional fornece algumas diretivas para a atuação do partido no "Dia Nacional de Advertência". Aqui, um balanço dos desafios da atuação do PT.

A resolução sobre a conjuntura nacional aprovada na reunião do Diretório Nacional do PT, nos dias 16 e 17 de janeiro, tem dois grandes méritos: o de fornecer um quadro equilibrado do movimento das principais forças políticas burguesas no atual momento e o de dar ênfase à idéia de que o PT deve marcar a sua intervenção com um perfil próprio, em torno à candidatura de Lula e à elaboração de um projeto político de saída da crise.

O documento corretamente avalia a existência de um certo impasse no encaminhamento da transição a partir das divergências entre os vários projetos burgueses e a inexistência até o momento de uma alternativa burguesa confiável e viável ao governo Sarney em crise. Esse impasse se traduz diretamente na definição sobre a duração do mandato de Sarney. Afirma o documento, em síntese:

- o governo Sarney procura realizar uma ofensiva de conjunto, através da implementação de um novo plano econômico de ajuste mais definido ao FMI e da criação de uma base parlamentar própria, apoiando-se no "Centrão", através de métodos fisiológicos. No entanto, esta ofensiva é, em grande parte, minada pelo descrédito e desgaste acumulado pelo governo.

- o chamado "Centrão", formado no sentido de garantir um conteúdo retrógrado para a Constituinte, carece de consistência para se impor como uma alternativa política e eleitoral, devendo se fragmentar (como, aliás, já vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos dias).

- o Movimento de Unidade Popular (MUP) e os chamados "históricos" do PMDB, apesar de defenderem algumas reivindicações populares e democráticas, são incapazes de uma política de mobilização social e de uma estratégia alternativa.

- o PMDB, apesar de um certo "distanciamento tático" do governo Sarney, continua com dificuldade de se unificar em torno de um projeto político e uma candidatura próprias. Sendo o maior partido burgueses, a sua evolução condiciona a construção de uma direção política do País, confiável às classes dominantes.

Duas hipóteses

Neste período de um mês após a realização do Diretório Nacional, podemos afirmar que a crise do governo Sarney vem se aprofundando rapidamente: novas ondas de denú-

ncias de corrupção, aceleração da inflação que alcançou em janeiro 16,5%, fragmentação do "Centrão", choques entre o governo e a CNBB, crescimento do afastamento tático do PMDB em relação ao governo. Todas as informações divulgadas pela imprensa vão no sentido de afirmar o crescimento do apoio à tese dos quatro anos entre os constituintes.

Nesta situação, podemos prever duas hipóteses para o próximo período:

- através de métodos fisiológicos e num quadro de precária mobilização de massas pela realização de diretas-já, o bloco cincoanista consegue uma maioria apertada no Congresso Constituinte. Seria aberto o campo para o adiamento das eleições municipais. Provavelmente, teríamos uma conjuntura de grande instabilidade institucional, de choques violentos ao nível político e social, em um quadro em que o governo procuraria aumentar a ofensiva econômica e repressiva sobre os trabalhadores.

- pela dinâmica da crise do governo, em função das divergências interburguesas da pressão social, vence os quatro anos. Neste caso, a conjuntura seria marcada por um aceleração da definição de várias propostas alternativas ao governo Sarney em torno das candidaturas à Presidência da República. O quadro econômico e das lutas sociais seria polarizado por essa situação de instabilidade e de indefinição.

Uma alternativa dos trabalhadores

Como dissemos, o segundo mérito importante da resolução aprovada no Diretório Nacional do PT é colocar toda a ênfase na necessidade do partido capitanear uma alternativa própria à crise do governo Sarney.

Diz a resolução: "o partido reafirma que o centro da tática partidária é a luta por eleições diretas já, com base na candidatura de Lula e no programa de governo. Nessa linha, reafirma-se a posição já aprovada no V Encontro Nacional, a favor de eleições gerais em todos os níveis, conforme emenda apresentada por nossa bancada".

Após desautorizar "qualquer versão de que apóia ou virá a apoiar outros candidatos no segundo turno", o documento propõe que "o programa alternativo de governo — base da candidatura de Lula —

expressará um conteúdo de reformas democráticas populares imediatas e de luta pelo socialismo. O programa permitirá ao PT enfrentar com independência, tanto as vertentes que disputam a hegemonia da transição — "históricos do PMDB" e "Centrão" — quanto a saída do tipo popular, apresentada por Brizola".

"Não definir com clareza as diferenças entre a proposta do PT e as saídas burguesas", conclui de modo enfático o documento, "tem como consequência:

a) centralizar o fogo apenas no "Centrão" e tornar-se caudatário das propostas dos "históricos" do PMDB ou de Brizola;

b) não capitalizar e não organizar a insatisfação e a descrença populares em relação ao regime, abrindo espaço para a desmobilização do povo e para o golpe;

c) prejudicar a tarefa de plantar profundamente a organização e a ideologia socialista nos setores operários-populares e pequeno-burgueses, preparando o partido para lutar contra as saídas burguesas hoje apresentadas".

Neste desafio de se apresentar como uma alternativa, o PT está confrontado a intervir sobre três questões: a luta pelas diretas-já, o posicionamento de conjunto sobre o Congresso Constituinte e a construção da candidatura de Lula à Presidência da República.

A luta pelas diretas-já

A amplitude da mobilização de massas pelas diretas-já que ocorrerá neste período, que vai de agora até a votação da emenda no Congresso Constituinte, dependerá fundamentalmente das iniciativas tomadas pelo PT. Como o documento aprovado no Diretório Nacional avalia, não há nenhuma força política que se definiu pelos quatro anos, a não ser o próprio partido, que alie vontade e capacidade de mobilizar as massas.

A importância destas mobilizações pode ser medida em dois aspectos: se elas adquirem uma certa amplitude e generalização, podem ser o golpe definitivo na emenda cincoanista; dificultam, no caso de ser aprovado os quatro anos, ao PMDB aparecer como o grande campeão desta conquista



O Centrão se descompõe, uma nova onda de denúncias de corrupção, a inflação explode...

democrática, resolvida no plano estritamente parlamentar.

As propostas de mobilização, contidas na resolução do Diretório Nacional, são extremamente vagas e insuficientes.

Em uma circular da secretaria-geral da executiva nacional do partido, no entanto, são fornecidas diretivas de ação, bem mais concretas e detalhadas. Estas diretivas visam à atuação nacional do PT no 4 de março, que está previsto para se tornar o Dia Nacional de Advertência. Elas propõem:

"1 - Desde já, os Diretórios Regionais do PT devem organizar com urgência, em todas as capitais e principais cidades em que for possível, reuniões plenárias, com membros e representantes de forças democráticas e populares, entidades do movimento sindical e popular, partidos de oposição. Essas reuniões, que já devem constituir, em si, um ato de manifestação e de propaganda do dia 4, devem servir, basicamente, para programar as demonstrações do Dia Nacional de Advertência e organizar as formas de convocação do povo para que participe diretamente destas demonstrações (panfletagem, pixações, colagem de cartazes, minicomícios, declarações à imprensa local, etc).

2 - As manifestações do Dia Nacional de Advertência de-

vem ser programadas de acordo com as possibilidades locais de mobilização, organização e recursos humanos e materiais. Podem resumir-se a um ou vários "barulhaços" ("buzinaço", "panelaço", apitos, rojões, etc) num ponto ou roteiro concentrado, ou em vários roteiros ou regiões da cidade. Podem constituir-se em passeatas, caminhadas, atos públicos em recinto fechado ou aberto, comícios. Podem também traduzir-se em paralisações de trabalho, parciais e setoriais, ou em greves. E podem combinar duas ou várias dessas formas de manifestações.

3 - As manifestações do dia 4 de março devem e podem ocorrer em vários momentos do dia ou da noite, conforme a sua natureza e as condições e possibilidades locais. Mas é fundamental que, às 17:00 horas, todos façam um barulhaço, em todas as cidades do país: essa é uma das ações comuns a todas as entidades engajadas no Dia Nacional de Advertência.

4 - O material de propaganda e divulgação para o Dia Nacional de Advertência (panfletos, cartazes, manifestos etc) devem ser produzidos pelos próprios Diretórios Regionais, se possível com a colaboração política e material das demais entidades e partidos estaduais e

Um cheiro de podridão invade o país.

locais, que também endossam a manifestação.

5 - A linha política essencial do material de propaganda e das manifestações e ações de protesto no dia 4 de março é a seguinte: contra o governo Sarney, contra a "Nova República", contra a transição conservadora, contra o PFL e o PMDB, partidos que apóiam o governo Sarney (com exceção, naturalmente, dos peemedebistas progressistas e de oposição), contra o "Centrão", contra a UDR e a UBE (União Brasileira de Empresários), contra a direita, contra o pagamento da dívida externa, a inflação, a carestia, o arrocho. E a favor de eleições diretas já para presidente da República, de um governo baseado no atendimento às necessidades democráticas e populares, à reforma agrária e às transformações indispensáveis da sociedade brasileira..."

Além disso, o PT dará grande ênfase à convocação do Dia Nacional de Advertência em seu próximo programa nacional, que irá ao ar no dia 1º de março, das 20:30 às 21:30h. O dia 4 pode ser, inclusive, um momento de acúmulo para manifestações mais fortes no período seguinte.

O PT e a Constituinte

A resolução aprovada no Diretório Nacional afirma o seguinte sobre a atuação do PT no Congresso Constituinte: "ter absoluta certeza de que qualquer vitória no plenário da Constituinte depende da mobilização social, não apenas sobre a Constituinte ou por diretas, mas principalmente pela retomada das lutas sociais. Portanto, qualquer tática de mobilização, pressão sobre Brasília, comícios, tem que ser articulada com a retomada e a unificação das lutas econômicas e sociais. Não basta a presença de sindicatos e entidades em Brasília, que é importante, mas o fundamental é a luta social em todo o país. Daí, a importância, por exemplo, das campanhas por reposição salarial do primeiro trimestre deste ano e a luta em torno da questão da moradia, nas cidades e pela terra, no campo".

Mais adiante, acrescenta a resolução: "com relação à Constituinte, o partido deve produzir e fazer ampla divulgação de um boletim especial, contendo um balanço da situação atual, a denúncia da posição do "Centrão", as linhas mestras do programa de governo e nossas principais propostas. Também deverão constar do boletim especial as questões sobre assinatura ou não da

Constituição, referendo popular etc".

O comentário mais importante a ser feito sobre este ponto é que o fundamental é apenas tratado de passagem. Já que está muito claro a esta altura que o texto final da Constituinte, a ser aprovado, não conterà as principais reivindicações dos trabalhadores em relação à democracia, à reorganização da vida econômica do país, aos direitos sociais. A dinâmica do processo constituinte, nesta fase final de votação, está marcada por um esforço de conciliação entre o centro e a direita, que garante uma marca no fundamental, conser-

vadora aos resultados das votações em plenário, apenas ecoando em um ponto ou outro a pressão da esquerda e dos parlamentares afinados com algumas reivindicações populares.

Nesta situação, além da continuidade da pressão por conquistas parciais, o esforço principal deve ser o de denunciar a Constituinte que está sendo elaborada, preparando uma base de massas para não vir a assiná-la. É mais que previsível que o encerramento do processo constituinte será acompanhado por uma avalanche de propaganda burguesa nos meios de comunicação social

da nova Carta aprovada. O não endosso do PT será violentamente atacado e é preciso prepararmos-nos para isso.

Além de merecer um enfoque todo especial na publicação sobre a Constituinte que deve ser lançada, o partido deve ir tomando desde já outras iniciativas para preparar este posicionamento.

A candidatura de Lula

Colada à intervenção do partido no movimento pelas diretas-já, a candidatura de Lula é o instrumento principal de aglutinação e demarcação do

PT nesta conjuntura. O fato, porém, é que ela, refletindo as debilidades orgânicas do partido e alguma indefinição em relação ao seu eixo político, ainda não ganhou um dinamismo.

Seria incorreto pensar que ela só deve ganhar um impulso a partir da definição das eleições presidenciais. O seu significado transcende à disputa meramente eleitoral e pode, ao contrário, ser um fator de ativação da atuação do partido na conjuntura. Urge, portanto, definir de forma mais clara o seu perfil e o seu plano de massificação, relacionados à atividade do partido e às lutas dos trabalhadores urbanos e rurais.

O perfil de uma candidatura

O maior desafio para o PT está em apresentar uma proposta que seja socialista e de massas, com o sentido da grandeza de seu significado histórico e firmemente ancorada nas urgentes exigências do momento.

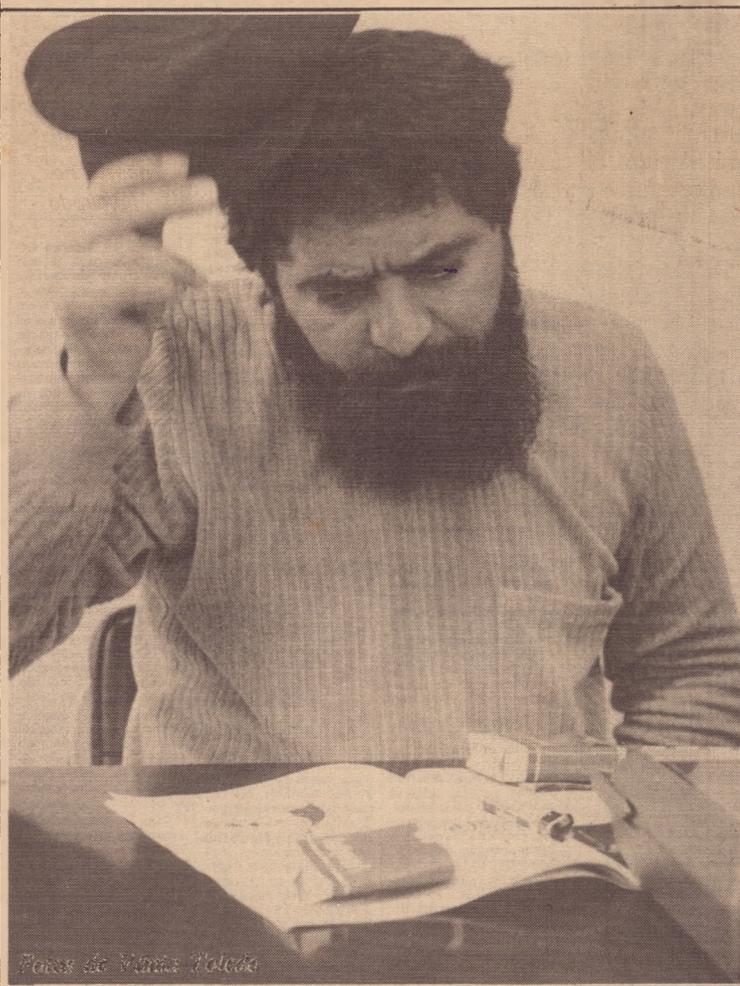


Foto de Maria Toledo

de vista de independência de classe, polarizar o apoio de milhões e milhões.

Apenas para uma visão socialista acadêmica e ingênua pode ser indiferente o resultado eleitoral de uma candidatura eleitoral como a de Lula. As eleições são também um fato da luta de classes: o seu resultado modifica a correlação de forças entre as forças políticas e, através disso, influi sobre as condições de cada luta do movimento operário e popular. Um resultado eleitoral negativo para o PT, reforçaria enormemente a instabilidade e legitimidade da "Nova República".

Além disso, ocorrendo a coincidência entre eleições municipais e para a presidência da República, esta última tende certamente a polarizar as atenções. O desempenho eleitoral da candidatura de Lula terá, pois, enorme influência na eleição de vereadores e prefeitos.

Contra o eleitoralismo

A defesa de um perfil socialista para a candidatura de Lula choca-se, entretanto, com mais força com uma visão eleitoralista da campanha. De acordo com esta visão, a estratégia de massificação da campanha passaria pela diluição de seu perfil socialista e até mesmo pela negação do seu perfil classista.

Com este perfil, a defesa do socialismo seria jogada para

um horizonte distante e o centro da campanha seria um programa de realizações viáveis, de propostas concretas a serem executadas no quadro atual. Ao invés de se chocar com as instituições burguesas, a candidatura se adequaria a elas; ao invés de lutar pela alteração da correlação de forças entre as classes, congela-se a atual; com o objetivo da expansão eleitoral, todo o resto fica secundarizado ou colocado de lado.

Chama-se em geral a atenção para as ilusões políticas desastrosas que esta visão traz para a prática do movimento operário. A subordinação da ação do movimento operário a um objetivo eleitoral estrito nunca gerou transformações na história. É importante dizer, além disso, que apenas aparentemente esta estratégia é eleitoralmente mais vantajosa: se é para se trabalhar com o "realismo", com o que hoje é viável, por que não se dar o voto ao partido ou candidato burguês mais bem colocado para realizar estas tarefas? Ao se colocar de lado a "courageira" da ideologia socialista, abre-se, na verdade, todos os flancos para se perder bases e influência eleitoral a todo tipo de demagogia e populismo burguês.

Inserção na conjuntura

Quando afirmamos que a

Coerente com as definições do último Encontro Nacional do PT, a candidatura de Lula à presidência da República deve ser **ideologicamente** socialista. Isto é, a sua concepção de conjunto, o seu programa, os seus métodos devem ser orientados para fazer crescer a consciência e a organização dos trabalhadores para a revolução socialista.

Isto não quer dizer de modo

algum, a defesa de um perfil vanguardista, de propaganda, para a candidatura de Lula. O objetivo principal desta campanha não pode ser o de educar uma pequena parcela de trabalhadores, já hoje mais esclarecidos e conscientes, no ideário do socialismo. Isto significaria contrariar a vocação de massas da candidatura de Lula, a possibilidade que ela tem de, a partir de um ponto

candidatura de Lula deve ser ideologicamente socialista, queremos dizer que ela deve ser integrada em uma perspectiva de luta de classes. Isto é, o ponto de vista socialista deve se fundir com uma visão concreta da correlação de forças, das questões fundamentais que estão em jogo, do nível de consciência e organização do proletariado e das massas populares.

Assim, é preciso que tracemos o quadro do momento atual, das questões que estão na ordem do dia, para traçarmos o perfil da candidatura de Lula.

As eleições na história

Se realizadas neste ano de 1988, terão se passados 28 anos de usurpação ao povo



brasileiro do direito de eleger o presidente da República. Se o período de ditadura militar significou um processo brutal de modernização e centralização nacional do Estado, a transição se fez até o final sem abrir mão do controle deste posto chave de dominação.

Não foi sem motivos que o processo de transição se deu aqui de modo diferente do da Argentina e do Uruguai, países nos quais foram realizadas eleições para presidente imediatamente após a queda das ditaduras. Eleições presidenciais e crise formam um par permanente na história da frágil democracia brasileira. Desde a "revolução de 1930", que marcou a hegemonia da concepção industrializante no seio das classes dominantes, houve apenas quatro eleições presidenciais no país: em 1946, após a queda da ditadura do Estado Novo, em um clima, portanto, de excepcionalidade; em 1950, quando Vargas volta ao governo, que não conseguiria conduzir até o final, fechando o ciclo com um suicídio; em 1956, com a eleição de Juscelino que teve de tomar posse após uma tentativa frustrada de golpe; em 1960, com a eleição de Jânio, que renunciou, e que foi sucedido por Jango cujo governo foi interrompido pelo golpe militar de 64.

A fraqueza e instabilidade dos partidos burgueses, a tendência histórica dos partidos mais conservadores serem cada vez mais minoritários a partir do processo de urbanização, a fragilidade das institui-

ções sempre pressionadas por uma aguda luta de classes formam o caldo de cultura destas crises.

Assim, as classes dominantes sabem que eleições presidenciais significam um grande momento de politização, com uma dose inevitável de imprevisibilidade. A reprodução do poder não se faz sem traumas ou riscos.

Se hoje a esmagadora maioria dos empresários, de acordo com pesquisas realizadas pelas revistas especializadas, são favoráveis à convocação de eleições diretas em 1988 (houve também uma pesquisa de opiniões entre os empresários filiados à Confederação Nacional da Indústria que registrou a mesma tendência), é porque sabem que a continuidade do governo Sarney significa o caos econômico, ingovernabilidade e tensão política crescente.

Não nos iludamos, portanto, em primeiro lugar com a convocação de eleições diretas: elas não significam estabilização política, nem uma adesão orgânica das classes dominantes à democracia. O PT deve, em primeiro lugar, ter em vista que estas eleições têm apenas o significado de passagem para uma fase mais profunda e mais exigente da luta de classes.

O julgamento da transição

A serem realizadas após o término do governo saído do Colégio Eleitoral e a aprovação do texto final da Constituição, as eleições presidenciais serão inevitavelmente um julgamento da transição e do partido que a dirigiu.

Os vinte anos de ditadura militar, além de constituírem um período de enorme desenvolvimento capitalista e de fortalecimento do poder do Estado, acumularam um conjunto explosivo de contradições: de concentração acelerada da renda, de extensão dos conflitos trabalhistas com o crescimento geométrico do proletariado e dos assalariados, de ruptura de vários bolsões de pequenas propriedades rurais, de desnacionalização da economia e de dependência ao capital financeiro internacional, de concentração de conflitos explosivos nos grandes polos urbanos e, principalmente, de repressão e negação dos direitos políticos à maioria.

O MDB, a partir de 1974, foi sendo um escoadouro para estas tensões. Tornou-se na década de setenta o grande depositário entre as massas urbanas dos anseios de liberdade, nacionalistas e de justiça social. Em 1982, polarizou nas eleições de voto vinculado o voto contra a ditadura. Em 1984, galvanizou as expectativas de mudança com a candidatura de Tancredo. Em 1986, ganhou o governo de 22 esta-



dos do país com o vendaval das ilusões criadas pelo Plano Cruzado.

Durante estes anos de transição política, o PMDB traiu e tripudiou brutalmente os anseios nele concentrados. A consciência de milhões em todo o país procura, então, uma alternativa.

Podemos dizer que este é o primeiro grande desafio da candidatura de Lula nestas eleições: ela deve servir como um momento de consolidação da crítica desta "falsa consciência" e de sua evolução.

Uma crise de governo

Além de responder a este desafio histórico, de dar uma resposta de classe à desilusão com a "Nova República", a candidatura de Lula tem de oferecer uma proposta para a crise de governo instalada no país.

De fato, desde o fracasso do Plano Cruzado, quando o governo Sarney retomou a rota do desgaste profundo, que a instabilidade política só vem crescendo. Se realizadas em 1988, as eleições presidenciais se realizarão em um ambiente conflagrado por uma inflação ascendente, por uma recessão econômica em curso, por um fluxo contínuo de lutas sindicais (em 1987, a CUT contabilizou mais de doze milhões de grevistas), de desagregação da base parlamentar do governo etc.

Um quadro que configura uma crise de governo. Este é o segundo grande desafio colocado para a candidatura do PT: oferecer uma alternativa que expresse concretamente, de modo visível para as grandes massas, uma alternativa de governo para o país.

As lutas de massas

O terceiro grande desafio da candidatura de Lula é o de como se relacionar com o processo vivo das lutas sociais em curso no país. Aqui não se trata apenas de expressar politicamente as demandas do movimento operário e popular. Trata-se de estabelecer uma relação direta com eles, alimentá-los politicamente e deles receber o impulso classista.

Os últimos anos da década

de 1980 têm sido marcados por um aumento da intensidade dos movimentos grevistas na cidade e do movimento de ocupações de terra e de pequenos proprietários no campo. A grande fragilidade destes movimentos tem sido exatamente a dificuldade de centralização, de construção de uma pressão unificada nacionalmente. A candidatura de Lula pode influir poderosamente nas condições subjetivas — principalmente de consciência — necessários para futuros saltos de qualidade no movimento reivindicatório.

A construção de um perfil

Assim, o perfil socialista da candidatura de Lula deve resultar da combinação destas três definições:

1) Do ponto de vista histórico, ela se marca pela crítica classista à "Nova República" e a defesa da democracia, dos interesses da maioria, a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Trata-se aqui da tarefa de "disputar" a bandeira da democracia com o PMDB, a partir do riquíssimo "material" aportado pela experiência vivida com a "Nova República".

2) Do ponto de vista mais imediato, ela constrói a proposta de um governo democrático, operário e popular (ou um governo dos trabalhadores). Trata-se aqui de caracterizar o caráter anti-burguês deste governo, de sua marca de um programa de emergência que já o coloca em confronto com o poder econômico, o seu apoio na organização e mobilização das massas.

3) Além disso, ela se marca por uma característica de combate, pelo seu apoio e presença direta nas lutas sociais.

E preciso aclarar, no entanto, o significado mais preciso destes dois primeiros pontos.

A democracia que queremos

O PT não terá certamente a exclusividade da crítica à "Nova República". Até a direita procurará capitalizar o desgaste acumulado pela transição. O fundamental para o PT é demonstrar que a vigência do autoritarismo na "Nova República", que é expressa na continuidade de muitos organismos e leis da repressão da ditadura, está a serviço do poder econômico, dos grandes monopólios industriais nacionais e estrangeiros, dos latifundiários e banqueiros.

Há certamente mil e uma formas de demonstrar isso até a partir de artigos e matérias publicadas nos jornais. Não se trata de modo algum de fazer uma demonstração teórica e abstrata.

Da mesma forma, o projeto democrático do ponto de vista dos trabalhadores deve se

apoiar nas plataformas dos movimentos sociais. Ele poderia se organizar em três níveis:

— a reivindicação de uma democracia radical, que se expressa na exigência de fim dos aparatos e leis repressivos que são usados contra a maioria, na democratização da legislação eleitoral, na reorganização e controle social das Forças Armadas etc;

— a exigência de uma série de direitos sociais que hoje são



negados (saúde e educação gratuitas, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, aposentadoria digna etc);

— a proposta do ataque aos pilares do poder monopolista do capital, através da realização de uma reforma agrária, da estatização do sistema financeiro e de alguns grandes trustes estrangeiros nos setores estratégicos da economia.

O governo que precisamos

E provavelmente nesta questão que reside a maior dificuldade da campanha.

E preciso evitar aí qualquer ilusão eleitoral. O PT tem o dever de não alimentar as ilusões parlamentaristas, dizer claramente para as massas as dificuldades da campanha por ser uma candidatura de trabalhadores, que um governo do PT seria sabotado e enfrentaria duras resistências por parte dos grandes capitalistas.

Em segundo lugar, é preciso elaborar algumas propostas de realização imediata que se relacione com os grandes temas, entre eles:

— preparação das condições econômicas e políticas para não pagar a dívida e reorientar a política econômica para os interesses da maioria;

— elevação substancial imediata e uma política de recuperação do poder de compra dos salários, em especial do salário mínimo;

— defesa de um investimento orçamentário prioritário nos gastos sociais hoje secundarizados.

Por fim, a proposta de formar já na campanha o perfil do que seria o ministério do PT, ajuda a compor o rosto do que seria o governo do partido, da sua representatividade e capacidade de governar, de acordo com os interesses dos trabalhadores.

Um balanço auto-crítico

Deliberando sobre a orientação do partido na conjuntura, elegendo uma nova direção executiva, o Diretório Nacional avaliou criticamente o V Encontro Nacional e corrigiu parcialmente seus erros.



João Machado

A primeira reunião do Diretório Nacional do PT em 1988 foi realizada nos dias 16 e 17 de janeiro, em São Paulo. Fundamentalmente, serviu de complementação (e parcialmente de correção) ao V Encontro Nacional, realizado em dezembro (EM TEMPO n.º 223).

A reunião foi aberta com uma discussão sobre a conjuntura nacional, a candidatura do Lula à presidência e com a aprovação de um plano de ação política para o ano. Desta forma, supriu-se em parte a ausência de uma discussão destes temas (e principalmente da conjuntura e do caráter da candidatura do Lula) no Encontro. Comentamos estas questões nas páginas 2 e 3.

Os outros itens da pauta tiveram mais diretamente ainda o caráter de complementação e correção parcial do V Encontro: foi iniciada uma avaliação dele, foram examinadas as emendas aos textos bases aprovados (havia uma delegação neste sentido), foi eleita uma nova Comissão Executiva Nacional (ao final do Encontro, havia sido eleita uma Executiva com o caráter de provisória).

Os problemas do V Encontro

A avaliação do V Encontro foi iniciada com a apresentação de uma discussão realizada pela Executiva Nacional provisória, representando a posição da articulação majoritária.

A idéia central desta posição majoritária é que é necessário fazer um balanço contraditório do Encontro. De um lado, ele teve uma preparação melhor do que os anteriores, com circulação de textos bastante ampla. Além disso, ele pode passar à história por decisões importantes: as resoluções aprovadas, e particularmente a decisão de lançar o Lula à presidência (com todo o significado que uma candidatura operária independente tem). Contudo, houve um problema básico: foi o Encontro mais pobre em discussão política. Ele não se centrou nela, mas sim na questão da regulamentação do direito de tendência e da proporcionalidade na Executiva Nacional.

A responsabilidade por estes problemas foi do conjunto da di-

reção; e como a articulação majoritária é maioria da direção, cabe a ela a maior responsabilidade e a autocrítica de não ter conduzido o Encontro para as suas necessidades políticas.

Naturalmente, houve nuances, diferenças entre as várias colocações dos membros da posição majoritária. Mas de um modo geral as idéias acima foram comuns.

Podemos dizer que esta avaliação representa um reconhecimento, parcial mas importante, dos problemas do Encontro. É significativo que companheiros da articulação majoritária falem em fazer uma autocrítica do Encontro (mesmo que esta colocação fique diluída: falou-se em autocrítica do conjunto da direção, só se reconhecendo uma maior responsabilidade da posição majoritária por ser a maioria da direção). Na verdade, como diversos companheiros das chapas minoritárias (que apresentaram avaliações muito mais críticas) acentuaram na discussão, não se pode falar de problemas que foram de responsabilidade "do conjunto da direção": a dificuldade do V Encontro esteve em que a Executiva Nacional reuniu-se dois dias antes e decidiu encaminhar uma posição sobre a questão das tendências e da proporcionalidade na Executiva Nacional diferente da que fora encaminhada na grande maioria dos Encontros Estaduais.

Esta mudança chocou-se não apenas com a oposição dos integrantes das propostas minoritárias: teve uma grande dificuldade para ser adotada pelos próprios delegados identificados com a chapa majoritária, mas que haviam sido eleitos nos seus estados defendendo posições distintas da que era encaminhada pela Executiva Nacional (que agiu mais como direção de uma fração majoritária do que como Executiva Nacional).

De todos os modos, é positivo que os companheiros da articulação majoritária reconheçam os problemas gerados pelo seu encaminhamento no Encontro, mesmo que o façam de forma parcial e diluída. Provavelmente, o contato com os delegados da base (em geral frustrados com o Encontro) influenciou neste sentido.

Foi decidido que a discussão de

balanço continuará, e que a Executiva Nacional providenciará a circulação de textos a respeito (já houve uma série de textos de avaliação publicados pelo Diretório Regional do Rio Grande do Sul).

A Nova Executiva Nacional

Muito mais complicada foi a eleição da nova Executiva Nacional. Um primeiro problema é que a discussão a respeito foi realizada quase que exclusivamente fora da reunião do Diretório, entre representantes da chapa majoritária e das chapas minoritárias, não havendo espaço para a discussão da questão pelo Diretório como instância coletiva.

Alguns dias antes, representantes das chapas minoritárias haviam sido procurados por representantes da chapa majoritária com a proposta de inclusão de dois membros da chapa "Luta Socialista" e de um membro da chapa "PT pela base" na Executiva. Os membros das duas chapas minoritárias reuniram-se, e encaminharam uma contra-proposta, com a participação de três membros da chapa "Luta Socialista" e dois da "PT pela base". Esta contra-proposta justificava-se tanto pela importante contribuição que os companheiros indicados dariam na Executiva, quanto pelo peso político das chapas. (Se tivesse sido adotada a proporcionalidade e a crítica a cinco membros da chapa "Luta Socialista" e três da chapa "PT pela base".)

Mas diversas discussões entre representantes das chapas foram infrutíferas, não se chegando a uma alteração da posição da chapa majoritária.

Chegamos assim diante de uma questão complicada: nas condições colocadas pelos membros da chapa majoritária, deveríamos ou não aceitar indicar nomes para a Executiva?

Os companheiros da chapa "PT pela base" optaram por não aceitar participar da Executiva nestas condições, embora expressando sua disposição de dar a máxima colaboração à direção nacional do partido no Diretório e nas suas secretarias e comissões.

A luta pela proporcionalidade

A chapa "Luta Socialista" optou por aceitar a participação e isto por três ordens de razões.

Em primeiro lugar, pela avaliação de que uma Executiva que integre membros das principais correntes do partido (ainda que, no caso das correntes minoritárias,

de modo muito inferior ao seu peso político) será uma Executiva mais forte, mais capaz de enfrentar os desafios políticos colocados agora para o PT — como a campanha presidencial do Lula — e a necessária reorganização do funcionamento do partido, no sentido de torná-lo mais militante, mais centralizado, como foi aprovado no V Encontro. É claro que esta responsabilidade não apenas da Executiva, mas é também do Diretório Nacional e de todos os militantes — mas não há como desconhecer o papel decisivo da Executiva Nacional nestas questões.

Em segundo lugar, pela avaliação de que a participação de membros das chamadas "tendências" (na verdade, este termo é usado por membros da articulação majoritária para designar simplesmente os membros das correntes minoritárias, e não igualmente os membros da própria maioria) é importante para quebrar um argumento sectário que foi usado na discussão sobre a proporcionalidade: o de que seria "arriscado" (?) abrir a Executiva Nacional para as "tendências".

Em terceiro lugar, pela avaliação de que a aceitação de participar nas condições impostas pela chapa majoritária não impediria de continuarmos a defender a proporcionalidade e a crítica a posição majoritária a respeito, como fizemos na própria reunião do Diretório Nacional. De fato, a não adoção desta questão até agora pelo setor majoritário da direção nacional tem representado um prejuízo importante para a democracia interna do partido. Continuamos a lutar para que a compreensão da necessidade da regra da proporcionalidade nas Executivas — já assimilada pela grande maioria das bases do partido, como os diversos Encontros estaduais demonstraram — chegue até a direção nacional.

Assim, foram levadas para a votação no Diretório duas propostas de Executiva: a apresentada pela corrente majoritária, que incluía dois membros da chapa "Luta Socialista" — José Genoino Neto e João Machado — e a apresentada pelos membros das duas chapas minoritárias, que incluía um terceiro nome da chapa "Luta Socialista" — Ivan Valente — e dois nomes da chapa "PT pela base" — Eduardo Jorge e Augusto de Franco. A primeira proposta obteve 32 votos, a segunda 22, e houve uma abstenção.

A nova Executiva Nacional

Presidente: *Olívio Dutra*
1º Vice: *Djalma Bom*
Secretário-geral: *José Dirceu*
1º Secretário: *Paulo Delegado*
Tesoureiro: *Geraldo Magela*
Líder da bancada de deputados federais: *Lula*

Jacó Bittar
Hélio Bicudo
Fersu Abramo

Marcelo Deda
Luís Soares Dulci
Wladimir Pomar
Luiz Eduardo Greenhalg
Luís Gushilken
Hamilton Pereira da Silva
Eurides Mascolotto
César Alvarez
José Genoino Neto
João Machado
Gilberto Carvalho

Desafios do movimento de mulheres

O 8 de março é hoje a única referência unitária para o conjunto do movimento de mulheres no Brasil. É um momento em que vem a tona a riqueza do seu enraizamento social e o seu potencial de crescimento. Ao mesmo tempo, é um momento em que sentimos o peso de suas debilidades e os desafios que temos que enfrentar na sua construção: a resistência às iniciativas de cooptação da burguesia, a formação de uma nova vanguarda em processos de luta e mobilização que vertebrem a construção de um movimento de mulheres autônomo, massivo e com caráter feminista. Neste processo, o avanço do feminismo e da organização de mulheres no PT e no movimento sindical também se colocam como tarefas centrais.

Tatau Godinho

O final dos anos setenta marcou um processo importante de mudanças na participação política e social das mulheres e na sua organização com o setor social específico. O aumento permanece de sua inserção no mercado de trabalho como assalariadas, o crescimento de seu acesso à educação, criando uma exigência de mudança nos padrões de comportamento e a constituição de um movimento de mulheres com feição própria, feminista, centrado em reivindicações específicas, possibilitaram que ganhasse peso social o questionamento da subordinação das mulheres.

A partir de 1975 acelerou-se a construção de organizações de mulheres centradas na luta contra sua opressão específica. Com um caráter marcadamente feminista, influenciados pelo movimento de mulheres que se desenvolvia na Europa e Estados Unidos, e estimulados pelas iniciativas do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU, são formados vários grupos autônomos, alguns jornais feministas e se desenvolvem atividades mais amplas de organização de mulheres, principalmente nas capitais mais importantes do país.

A construção de um movimento de mulheres autônomo, com uma participação significativa dos setores médios, teve um impacto importante na opinião pública, nos meios de comunicação de massa e estendeu sua influência, por ação direta dos grupos feministas, às mulheres da periferia que já constituíam, então, um setor importante da composição do movimento popular. No entanto, o processo de esgotamento dos grupos feministas, pela limitação de seu projeto, no sentido de não terem desenvolvido uma política geral de construção do movimento de mulheres, pelas dificuldades encontradas no confronto com as organizações tradicionais do movimento dos trabalhadores (partidos e movimento sindical) e pelo peso da influência autonomista desarticula o processo de construção de uma vanguarda do movimento. Abre-se um espaço para a influência de setores da burguesia e do Estado sobre as organizações de mulheres e acelera-se um processo de dispersão do movimento de mulheres com o esvaziamento de quase todas as iniciativas descentralizadas ou unificadas, que marca o período de 1982 a 1985.

Massificação e dispersão do movimento

A influência das organizações feministas sobre alguns setores do movimento popular criaram raízes para o desenvolvimento da organização de mulheres que combinavam, de formas variadas, as lutas do movimento popular com as questões específicas das mulheres. Do ponto de vista de organizações de massas, por um longo período o movimento popular foi o único setor que manteve uma dinâmica de mobilização e organi-

zação das mulheres. Até hoje, vivemos um processo de multiplicação dos grupos de mulheres nos bairros, permitindo um processo de expansão horizontal do movimento, sem conseguir, no entanto, vertebrá-lo. Este setor que ainda se constituiu como o campo mais massivo do movimento autônomo de mulheres, encontra sua limitação principal no enfrentamento da questão familiar, pois sua composição básica é de donas-de-casa e persiste uma forte influência da Igreja, fazendo com que seu desenvolvimento político-feminista seja lento, dificultando a constituição de uma nova vanguarda, mais ampla, a partir deste setor.

O crescimento da luta das mulheres no movimento popular permitiu, entretanto, uma expansão de massa do movimento, aprofundando as raízes da luta pela liberação das mulheres e proporcionando uma mudança da composição social do movimento de mulheres do ponto de vista de suas organizações permanentes.

Ainda neste processo de ampliação da base social do movimento de mulheres desempenha um papel importante o processo de organização no setor combativo do movimento sindical. Este setor que durante muitos anos resistiu à necessidade de organização própria das mulheres, foi pressionado pelo aumento da participação das mulheres em suas bases e pela investida do Estado, com os Conselhos e através do setor pelego-reformista. A partir daí começou a desenvolver atividades no sentido de responder às reivindicações e à necessidade de participação política das mulheres, principalmente depois do II Congresso Nacional da CUT, em 1986.

O enraizamento e o crescimento horizontal do movimento no campo sindical e popular encontram ainda um vazio organizativo e político pela dispersão das formas de organização do movimento autônomo, pela ausência de um direção feminista construída e pela falta de unidade das forças políticas que atuam no movimento.

A realização do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em São Paulo, em 1985, teve um impacto importante em diferentes setores do movimento popular que pela primeira vez entraram em contato com uma manifestação feminista de peso, embora, evidentemente não tenha atingido toda a variedade de setores do movimento. Desde então, a presença marcante de mulheres do movimento popular e do movimento sindical nos Encontros Nacionais Feministas, da mesma forma que nos Encontros Latino-americanos, retomou a possibilidade de massificação deste tipo de atividades. Pela sua própria proposta, pelo tipo de estruturação e direção que possuem, tais encontros não são fóruns de articulação do movimento mas cumprem um papel importante de acelerar a introdução da ideologia feminista no movimento de composição po-

pular e sindical, além de estimularem a necessidade de construção de formas unificadas de luta e de articulação.

A ausência de estruturas centralizadas do movimento, mesmo que apenas na forma de coordenação de lutas, é o ponto mais débil da situação orgânica atual do movimento. Mas a possibilidade, hoje, da construção da centralização política do movimento esbarra no processo ainda embrionário de formação de uma nova vanguarda, munida de um projeto estratégico feminista comum, de construção de um movimento de mulheres autônomo, articulado a um processo de lutas e mobilizações e que garanta a independência do movimento frente ao processo de cooptação do Estado, que no caso se dá principalmente através dos Conselhos.

A construção de uma nova vanguarda

A formação de uma vanguarda do movimento de mulheres é um processo lento, que passou por um esgotamento do setor que mais acumulou do ponto de vista feminista e que exige, hoje, uma reconstrução a partir da ampliação da base do movimento para o campo popular e sindical, uma reconstrução capaz de resgatar o acúmulo político-feminista desenvolvido pelo movimento no período de 1975 a 1982. A organização das mulheres nos diferentes movimentos sociais, ainda quando se organizem como mulheres, não é suficiente para garantir que assumam a luta contra a sua opressão específica. A organização das mulheres camponesas é um exemplo claro desta dinâmica. Neste sentido, é fundamental a construção de um pólo feminista no movimento de mulheres que articule setores feministas independentes, as militantes feministas dos partidos políticos (no fundamental atuantes no PT) com as direções dos setores popular e sindical, que vêm desenvolvendo uma compreensão mais clara do caráter da luta pela liberação das mulheres.

Resistir à ofensiva burguesa

As divisões políticas e partidárias do movimento dos trabalhadores frente ao projeto de transição burguesa repercutiram fortemente no movimento de mulheres e forçaram a aceleração de definições políticas dos diferentes setores do movimento, dividindo-o em dois grandes campos em "função de seu posicionamento frente à Nova República".

Quanto à política do Estado em relação às mulheres, no entanto, as divisões ficaram bem mais confusas. Mesmo os setores que tinham identificação geral com o campo classista, e até mesmo com vinculação com o PT, sofreram o impacto da iniciativa burguesa da criação de órgãos a nível estatal e de uma política razoavelmente agressiva de propaganda contra a discriminação das mulheres.

A ação política do Estado, a partir da formação dos Conselhos da Mulher, encontra um movimento disperso e sem estruturas próprias que tivessem peso e representatividade suficiente para se contrapor às suas iniciativas de assimilação e identificação com o movimento. A criação dos Conselhos, em que pesem suas limitações, representa um avanço no reconhecimento da necessidade de elaboração e implementação de políticas específicas que ataquem o problema da



discriminação das mulheres. No entanto, há dois problemas centrais na sua constituição: em primeiro lugar, evidentemente, o fato de como estruturas do Estado burguês limitarem sua atuação aos aspectos que não incidem sobre a política econômica, isto é, não atacando o aspecto central da utilização capitalista da opressão das mulheres e, em segundo lugar, a ambigüidade de sua relação com o movimento.

Em vários estados os Conselhos procuram se constituir como pólo de articulação do movimento, encontrando um campo propício para sua atuação principalmente nas regiões onde o movimento é mais frágil. A presença de setores feministas dentro dos Conselhos, as suas iniciativas de constituir fóruns amplos que abarcam diferentes setores do movimento, têm dificultado a clara separação orgânica e a delimitação política frente ao Estado.

Avançar a atuação do PT

Uma delimitação de dois grandes campos que polarizam as organizações de mulheres, um campo influenciado pelo PT e um campo atraído pela política de transição burguesa, cobra hoje do partido a definição de uma política específica frente à luta das mulheres. Esta identificação ainda não corresponde a um nível de organização mais unificada destes setores, até mesmo pelas dificuldades gerais do partido de tomar inicia-

tivas mais centralizadas. Em parte devido à sua composição, à presença do movimento popular, à necessidade de responder à ofensiva da burguesia também neste campo e a alguma tradição de organização das mulheres dentro do partido, impulsionadas a princípio por setores abertamente feministas e com influência no movimento, o PT representa um campo relativamente favorável ao desenvolvimento do feminismo, em comparação com o que tem sido a tradição dos partidos de esquerda e do movimento operário organizado. Isso não significa, entretanto, que o combate político e ideológico dentro do partido não encontre barreiras em vários setores. O processo de discussão da questão do aborto é apenas um exemplo. No entanto, a identidade das mulheres organizadas no movimento com o PT se aprofundará à medida em que o partido se colocar como defensor intransigente de sua luta e tenha o feminismo como parte integrante de sua proposta socialista e da sua atuação política cotidiana. Para isso, a organização das mulheres dentro do partido é essencial e a proposta de realização de um Encontro Nacional das Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, ainda este ano, pode dar um grande impulso a este processo, não apenas no sentido de unificar a atuação dos setores petistas do movimento mas também na elaboração de uma linha política do partido.

A organização das mulheres no movimento sindical é também um elemento essencial para a construção de um movimento de mulheres autônomo forte, capaz de garantir que as reivindicações das mulheres estejam presentes na luta do proletariado. A organização do setor custista nos últimos dois anos tem demonstrado a necessidade premente de uma política específica do movimento sindical em relação às mulheres, ao mesmo tempo em que tem trazido à tona as dificuldades do movimento sindical absorver a luta específica das mulheres em to-

dos os seus aspectos. A definição de uma bandeira central de luta no último Congresso Nacional da CUT — a reivindicação de creches — ainda não conseguiu se transformar em um processo de lutas concreto, capaz de organizar e mobilizar as mulheres trabalhadoras. Na verdade, o trabalho no movimento sindical ainda corresponde a uma fase necessária de desvendamento da opressão específica e, neste sentido, a um período de conscientização tanto das próprias mulheres trabalhadoras quanto das direções sindicais da relação entre a opressão de sexo e a exploração de classe.

Do ponto de vista da constituição da base organizada do movimento de mulheres e da construção de sua vanguarda, é fundamental a integração entre os setores sindicais e os fóruns do movimento autônomo. Tal integração possibilita, por um lado, um avanço na politização geral do movimento, de sua integração com o movimento dos trabalhadores e, por outro, auxilia o desenvolvimento do feminismo dentro do movimento sindical e abre espaço político para a mobilização das mulheres trabalhadoras em torno às reivindicações específicas que ainda não são encampadas pelo movimento sindical. Em vários momentos, as Comissões de Mulheres da CUT e de alguns sindicatos vêm construindo esta unidade, como nas mobilizações contra o projeto de controle da natalidade do governo, no início de 1987, na campanha de assinaturas para a emenda a Constituinte sobre a legalização do aborto (em alguns casos de forma individualizada, já que algumas direções sindicais não tinham uma posição definida) ou na preparação das comemorações do 8 de Março.

Construir na luta a unidade política

A superação da dispersão do movimento de mulheres pressupõe a articulação de algumas atividades unitárias que possam ir construindo as bases para um

processo mais permanente de unidade, que amplie a capacidade de intervenção política do movimento. Esta articulação corresponde hoje não apenas a uma necessidade política mas a uma possibilidade real do movimento em várias regiões e em alguns Estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Embora com maiores limitações do ponto de vista nacional, é possível a articulação de uma rede de contatos entre entidades que permita o desenvolvimento de iniciativas semelhantes.

Um elemento essencial para a unificação e estruturação do movimento feminino é a priorização de bandeiras, a construção de uma plataforma de lutas com objetivos específicos, que possam ser geradoras de campanhas de massa e que permitam conquistas ou o estabelecimento de um calendário de mobilização para o movimento. Sem com isso querer impor artificialmente bandeiras ou campanhas que não respeitem a diversidade do movimento, é preciso romper com a visão ainda predominante de que a definição de eixos políticos não corresponde à realidade do movimento. A comemoração centralizada do 8 de março este ano, em São Paulo, é um exemplo desta dificuldade. Na ausência de um setor unificado, capaz de garantir uma intervenção política mais efetiva do movimento, a atividade central do dia 8 representará apenas um mosaico das diferentes formas de organização e reivindicações das mulheres, sem apresentar nenhuma proposta de mobilização ou de luta para o movimento durante o ano.

A articulação do setor do movimento identificado com o campo do PT e da CUT em torno de propostas de luta e a construção de coordenações unitárias, com um caráter mais ou menos permanente ou apenas em torno de lutas e campanhas definidas de acordo com a realidade do movimento em cada região, são dois elementos essenciais para avançarmos na superação do estágio atual do movimento.

8 de março: dia de luta e solidariedade entre as mulheres

O Dia Internacional da Mulher — 8 de março — é expressão da identidade entre as lutas organizadas das mulheres em todos os países contra a discriminação e opressão, como uma data definida pelo próprio movimento.

Em 1857, 129 operárias da fábrica têxtil Cotton, em Nova Iorque, entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho e pela redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas por dia. Como em quase todas as fábricas, o local de trabalho era úmido, havia falta de luz e pouca segurança. Nesse período, freqüentemente as mulheres davam à luz no próprio local de trabalho e era comum a morte de mulheres ainda jovens em consequência de doenças como a tuberculose. Recebiam salários miseráveis e, como acontece até hoje, salários inferiores aos dos homens pelas mesmas tarefas.

No dia 8 de março, um domingo, as mulheres ocuparam a fábrica, que foi invadida pela polícia. Recusando-se a atender às reivindicações das operárias, o patrão mandou atear fogo à fábrica e 129 trabalhadoras morreram queimadas.

Em 1910, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que se realizava em Copenhague, Dinamarca, precedendo a reunião do Congresso Internacional Socialista, Clara Zetkin, militante feminista e marxista alemã, propôs a data do 8 de março para a realização de uma jornada internacional das mulheres pelo direito ao voto.

A data do 8 de março está, portanto, profundamente associada ao movimento operário internacional e à luta contra a opressão específica das mulheres.

Em 1911, mais de um milhão de mulheres participaram das jornadas do 8 de março na Europa. Foram realizados 45

comícios. Em Viena, Áustria, 30.000 mulheres desfilaram em passeata.

Em 1917, na Rússia, a comemoração do 8 de março esteve associada à deflagração da Revolução de Fevereiro.

No Brasil, o 8 de março vem sendo comemorado em atos de massa do movimento desde 1975, e teve um papel importante na articulação dos trabalhos feministas que vinham sendo realizados por vários grupos e na ampliação da discussão das questões das mulheres, tornando-a pública e massiva.

Hoje se colocam novas necessidades. A relativa dispersão do movimento reflete-se em comemorações que ficam muito aquém da sua capacidade. A unidade de todo o movimento de mulheres em torno do 8 de março nos cobra manter acesa a chama de um dia de luta e da solidariedade que mobiliza milhões de mulheres em todo o mundo há quase um século.

Dois rumos para o debate na CUT

A alguns meses do próximo Congresso Nacional, algumas iniciativas de discussão parecem retomar as polarizações sectarizadas e viciadas, que só impedem o avanço da central.

Américo Barnardes

Com o início do processo de preparação do III Congresso Nacional da CUT, que deverá ser realizado em agosto, começam a surgir os primeiros sinais das principais articulações que se apresentarão neste congresso. Determinadas por várias discussões (muitas vezes sem a caracterização clara de divergências), o surgimento destas articulações e o desdobramento dos debates terá, certamente, um papel importante nos rumos da central.

A formalização mais clara de articulações no interior da CUT se deu no último congresso nacional, quando se apresentaram três chapas: a chapa 1 representando a maioria da direção da central e mais afinada com os setores que compõem a corrente majoritária do PT; a chapa 2, cuja formação se dá a partir do congresso estadual de SP e se apresenta no congresso nacional através do documento "Construir a CUT pela base" e que passa a ser chamada de articulação "CUT pela base" e a chapa 3, formada por companheiros que não participaram das outras articulações.

É necessário salientar que as duas chapas minoritárias chegaram a receber perto de 40% dos votos dos delegados, o que demonstra um peso significativo que poderão ter no próximo congresso nacional.

Contudo, se por um lado o surgimento de articulações tem permitido um fluxo maior dos debates no interior da CUT, em determinados momentos tem significado um forte empecilho ao fortalecimento e coesão da central, particularmente devido à política empreendida pelo setor majoritário a partir do II Congresso nacional, que pode ser caracterizada pelo esforço em cristalizar divergências (particularmente introduzindo a falsa polêmica sobre concepções sindicais) e, com isto, aglutinar e coesionar seu próprio bloco, muitas vezes de forma despolitizada e sectária, como a entrevista de Gilmar Carneiro, recém-eleito presidente dos bancários de São Paulo, concedida à *Folha de São Paulo* em janeiro ou o artigo de Aloisio Mercadante na revista *Teoria e debate*, de de-

zembro de 1987, lançada pelo PT paulista.

Um elemento novo que surge e, sem dúvida, nenhuma mais do que positivo, é o esforço na linha de desbloqueamento que se colocou a partir dos congressos da CUT estadual de MG e da regional Grande SP. (ver *EM TEMPO* n.º 223, de dezembro de 1987). Teve um papel central nesta dinâmica o processo de fortalecimento do PT e um maior dinamismo no funcionamento de suas instâncias (no caso particular das secretarias sindicais). Desta forma, seria incorreto trabalhar hoje com a visão dada pelas chapas que se apresentaram no II Congresso Nacional.

CUT pela base

Dentro desta nova discussão, um dos principais pontos de análise se dá em torno dos caminhos da articulação "CUT pela base".

A articulação surge no congresso nacional de 86 a partir de duas vertentes principais:

— por um lado, e principalmente a partir das discussões travadas em São Paulo, pelos debates em torno da política a se seguir na conjuntura de '85 '86, das discussões sobre a questão do caráter do enfrentamento com a "Nova República". Além disto, também têm grande peso (e hoje mais atualidade) os debates sobre estrutura sindical e democracia no movimento;

— a outra vertente é a aglutinação de setores atingidos, de maneira diferente, pela política de exclusão levada adiante pela maioria.

Desta forma, surge uma articulação que, apesar de ter em vários de seus setores uma certa identidade em torno dos temas em debate, tem como principal elemento aglutinador a nível nacional a oposição à maioria, fazendo com que em vários momentos ela se volte prioritariamente para o processo de luta interna na central, inclusive com alguns desvios sectários (acentuados mais ainda por setores que a compunham).

Porém, se isto representa um problema na evolução desta articulação, agravado pela acentuada disparidade existente em seu interior no que diz respeito a um projeto partidário, a "CUT pela base" significou a construção de uma for-

te referência nacional em torno de temas como a democracia no interior da CUT e no movimento em geral, a perspectiva de a CUT manter claramente erguida a alternativa socialista para os trabalhadores etc.

O importante passo que começa a ser dada neste momento é o de superar os elementos negativos apontados anteriormente, dando ênfase a dois pontos: a superação da contradição entre uma política de construção partidária e a existência de articulações na CUT (que se manterá ainda por um tempo mas que deve ter como horizonte a unificação da intervenção dos petistas) e o esforço de desbloqueamento e dessectarização nas relações internas na CUT.

"Uma Política Suicida"

Foi lançado recentemente o documento intitulado "Uma Política Suicida", criticando a condução dada à CUT pela sua direção majoritária no que diz respeito principalmente à política para a Constituinte e trazendo várias propostas, cujo centro seria o rompimento da CUT com a Constituinte. O documento, apresentado na última reunião da Executiva Nacional e assinado por várias sindicalistas (principalmente de Goiás, Bahia e Rio Grande

do Norte) entre os quais José Novaes e Ana Lúcia da Silva (respectivamente vice-presidentes para as regiões nordeste e centro-oeste da Executiva Nacional da CUT), chega a comparar a atuação dos membros da direção aos métodos empregados pelos setores reformistas como PCB, PCdoB e MR8.

Na verdade, apesar de levantar uma série de críticas que partem de problemas surgidos na condução da luta política geral imprimida pela direção nacional da central, o documento acaba por se afirmar como uma visão sectária em relação à maioria e uma proposta doutrinária em relação à conjuntura.

O documento representa o surgimento de uma nova articulação, que tem como um de seus elementos fundamentais (não claramente explicitados, mas implicitamente demarcado) a rejeição à via de construção do partido revolucionário pela construção do Partido dos Trabalhadores, apesar de em geral não apresentarem uma política alternativa. Alguns até apresentam uma tentativa inicial de fazê-lo, seja combinando-a com a propaganda da construção de um "Partido Operário Revolucionário", como é o caso da corrente *Causa Operária*.

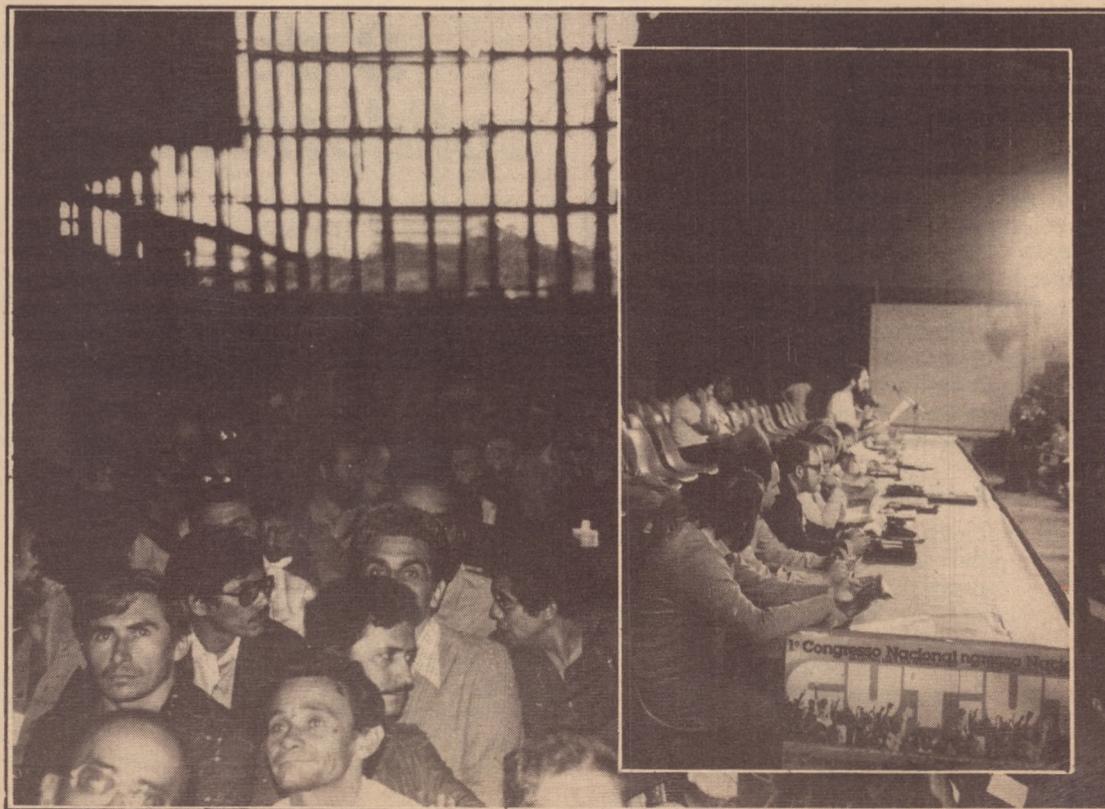
através da construção de uma articulação a partir da CUT ou

A construção da fração sindical do PT

Como dissemos anteriormente, a situação de articulações distintas de petistas no interior da CUT não deve ser vista como um elemento natural, mas sim como uma contingência histórica do processo de construção partidária, que pode e deve ser superada. Quanto mais se levamos em conta a possível entrada de setores reformistas na CUT, a partir das várias disputas e cisões que se prenunciam na CGT. Não se pode admitir em hipótese alguma iniciativas que tenham como objetivo congelar ou mesmo dificultar este processo.

A política geral dos setores que compõem a vertente principal que levou à formação da "CUT pela base" tem apontado principalmente na direção das questões colocadas e acentuadas anteriormente: o fortalecimento do processo de construção da fração sindical do PT e o desbloqueamento na CUT.

Portanto, a concepção geral colocada no artigo de Aloisio Mercadante *Teoria e debate* na revista não ajuda na politização deste debate. Ao analisar o surgimento do sindicalismo de negócios, o artigo tem como um de seus centros a crítica ao denominado "vanguardismo na CUT". Repetindo fórmulas já gastas ou "fora-de-moda", este artigo busca reforçar uma dinâmica que julgávamos ultrapassada. O retorno à pseudo-discussão de concepção sindical se transformado em elemento central do próximo Congresso Nacional da CUT poderá ter como consequência o desarmamento do movimento sindical para enfrentar as lutas do próximo período.



V - A revolução húngara



Uma revolução armada em meio a uma grave crise nacional

Lenin, nos lembra Michel Löwy em **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**, ao buscar fazer uma analogia entre a situação russa antes de 1917 e a situação húngara, “destacava que a persistência dos vestígios da Idade Média, a sobrevivência do absolutismo e do feudalismo, dos privilégios e das propriedades dos latifundiários, da opressão das nacionalidades, eram característicos tanto da Rússia Tzarista como da Austro-Hungria”.

Tal como na Rússia, na Hungria “no marco de uma estrutura sócio-econômica essencialmente agrária... e semi-feudal, se introduz, no princípio do século, um desenvolvimento industrial moderno, “ocidental”, monopolista e concentrado, especialmente no carvão, na siderurgia e demais ramos da indústria pesada”.

A burguesia mantinha uma aliança, com fortes raízes estruturais, com os latifundiários feudais, com a aristocracia, associando-se, assim, ao bloco de poder. Tal como na Rússia era incapaz de hegemonizar um processo revolucionário democrático contra o absolutismo e o feudalismo.

Tal como na Rússia, existia um proletariado jovem, concentrado em modernas fábricas. O peculiar desenvolvimento húngaro objetivamente colocou para o proletariado a possibilidade histórica de ser vanguarda de um processo de luta democrática contra o absolutismo ao mesmo tempo em que, de forma combinada, desse uma dinâmica socialista a esse processo.

O parlamento húngaro, afirma Cole em **História do Pensamento Socialista**, era dominado pela aristocracia e forças conservadoras. Basicamente “senhores de terra”. A miséria nos campos era enorme. Os protestos camponeses reprimidos violentamente, ao mesmo tempo em que grandes extensões de terra improdutivas eram guardadas para a especulação. Não havia representantes do Partido Social-Democrata no parlamento, embora esse partido tivesse forte influência entre os trabalhadores urbanos.

A grande diferença com a Rússia era em relação à organização política dos trabalhadores, ao seu partido. “O Partido Social-democrata Húngaro”, nos diz Löwy, “não era nada comparável ao Partido Bolchevique, e até os mencheviques faziam ao seu lado papel de revolucionários. Profundamente reformista, sinceramente parlamentar e profundamente legalista, tendo como modelo a social democracia alemã...”

Crise da monarquia

A guerra teve um profundo impacto na Hungria, particularmente porque partes do seu território foram disputadas pelos sérvios, rumenos e tchecos. Houve unidade entre as classes dominantes austriacas e húngaras, as classes dominantes do Império austro-húngaro, nesse momento.

Em novembro de 1916, é morto o Imperador Francisco José. O novo imperador, para salvar o seu império, busca uma política, bastante tímida, de concessões às nacionalidades existentes no território imperial, como a de estender o direito do sufrágio, como já tinha sido feito na Áustria, antes de 1914. A aristocracia húngara, como diz Cole, acreditou que essa reforma terminaria enfraquecendo o seu poder e não a aceitou. As contradições entre o governo imperial e o governo húngaro terminaram por tolher, inclusive, esse tipo de concessão branda.

O desastre militar se aproxima e com ele a crise do regime monárquico. Em janeiro de 1918 estalam grandes greves entre os trabalhadores das fábricas de munição da Hungria e da Áustria. A partir de março, depois de firmado o Tratado de Brest-Litovsk, os prisioneiros de guerra começam a voltar da Rússia. Muitos deles impactados pela experiência da primeira revolução de operários e camponeses da história.

O governo monárquico, buscando salvar sua pele, tenta um armistício, mas a frente interna começa a quebrar-se e o Império termina desmanchando-se. Em 26 de outubro, é formado um conselho nacional na Hungria que substitui, de fato, o governo anterior. Em 16 de novembro, o conde Károlyi assume a presidência da

Durante 133 dias, os trabalhadores húngaros viveram dias de Comuna. Foram dias de República dos Conselhos. Uma revolução surgida sob o impacto da Revolução de Outubro, em uma realidade que guardava muitas similitudes com a realidade russa. Não existia, contudo, um Partido Bolchevique. Apesar do heroísmo, da dedicação revolucionária, o poder operário terminou sendo suplantado pelas forças reacionárias.

A revolução húngara de 1919 faz parte da história dos trabalhadores. Suas lições não podem ser esquecidas.

República, tendo como sustentação uma coalizão entre a burguesia radical e a social-democracia.

Essa coalizão entra rapidamente em crise. O PSD não tinha sido vanguarda do movimento operário e combativo naqueles tempos. O movimento operário e popular vive momento de radicalização e um Kerensky húngaro não era capaz de detê-lo.

Da cadeia ao poder

O Partido Comunista começou a se organizar com a chegada de Bela Kun e de ex-prisioneiros da Rússia. Eles desenvolveram um intenso trabalho de agitação e organização dos trabalhadores, tendo como base a defesa das condições de vida e salário, denunciando duramente o reformismo dos dirigentes sociais-democratas.

O governo de coalizão era incapaz de resolver os problemas concretos da população e também de conter o avanço dos exércitos inimigos. Os sociais-democratas, como parte do governo, começaram a sofrer um desgaste profundo nas suas bases sociais de apoio. O PC ia ganhando adeptos, entre os trabalhadores, os desempregados, entre os soldados, inclusive entre a oficialidade. Isso ia ficando claro no Conselho dos Trabalhadores e Soldados recém constituído.

O governo de coalizão entra em crise e tentando ampliar sua base de sustentação resolve discutir com a direção do PC. Esta tinha sido presa, em 20 de fevereiro, por ordem do próprio governo. A partir dessa discussão entre os sociais democratas e a direção comunista, em março, simplesmente “ambos os partidos decidem fundir-se sobre a base programática da III Internacional”. E o conde Károlyi é “renunciado”. Começa a República dos Conselhos.

Revolução

“O novo governo socialista procedeu imediatamente a tomada de drásticas medidas no país. Decretou a abolição da propriedade privada dos meios de produção, ordenou o fechamento temporário de todas as casas de comércio (com exceção das farmácias, tabacarias e vendas de gêneros alimentícios) até que se fizessem os acertos para expropriá-las. Aboliu também a propriedade da terra, mas ao invés de dividi-la entre os camponeses sem terra e trabalhadores rurais, orientou-se por mantê-las não divididas, indicando administradores”. A fome de terra dos camponeses ficou insatisfeita, como nos fala Cole.

Era a política esquerdista. O esforço, a dedicação revolucionária escreveram páginas de profundo heroísmo revolucionário. Mas a política esquerdista, a continuidade da guerra, com algumas derrotas militares, levaram um desgaste ao governo revolucionário. E surgiram protestos de camponeses, fer-

roviários e marinheiros, que foram dominados pelo exército.

As divergências internas no Partido Socialista foram se agudizando com isso. Principalmente a ala direita do PSD não tinha aceito de bom grado a unificação com os comunistas, buscavam destituir a direção de Bela Kun e conter a revolução. Em junho, é realizada uma Conferência do partido e os socialistas de direita prepararam ao mesmo tempo um levante contra a direção revolucionária, que termina não acontecendo por falta de apoio do chefe de polícia. A luta interna no partido vai se radicalizando. E, em agosto, com uma nova derrota militar, o governo de Bela Kun renuncia. Assume um governo socialista moderado. A guerra continua. Há uma tentativa militar de restaurar a monarquia, que é derrotada por falta de apoio. Por fim, o almirante Horthy, chefe das forças contra-revolucionárias, derrotando a revolução instaura uma monarquia sem rei durante vinte e cinco anos, na qual ele foi “regente”.

Conclusão

As condições objetivas (profunda crise social, incapacidade da burguesia e dos sociais democratas de darem estabilidade ao regime burguês republicano, aparecimento de camadas radicalizadas entre os trabalhadores e os segmentos das forças armadas) possibilitaram a unificação entre os comunistas e os sociais-democratas em um só partido. Mas não era um partido experimentado, maduro, com uma tradição marxista sólida.

Além disso, os revolucionários tinham uma visão de que era possível uma revolução proletária, naquela conjuntura, se estender por vários países da Europa. Essa visão também era de dirigentes do Partido Bolchevique. Contudo, a revolução foi derrotada na Alemanha (ET 223) e não avançou em outros países.

A política ultra-esquerdista de Bela Kun e dos seus companheiros terminou dando fôlego à ala direita dos sociais democratas e um maior espaço às forças contra-revolucionárias. Dois pontos servem para demonstrar isso:

1 - a terra, que era justamente uma das bases da aristocracia, não foi distribuída entre os camponeses sem terra e os trabalhadores rurais, na compreensão de torná-las coletivas. A distribuição de terras teria feito da grande massa camponesa um dos suportes na luta contra as “forças brancas”, os contra-revolucionários, aristocratas, contra os seus antigos senhores;

2 - na medida em que o governo revolucionário não conseguiu concretizar a paz, já que era atacado por forças militares de outros países e contra-revolucionários, foi sendo ampliado o seu desgaste.

A heroica Rebelião Palestina

Isaac Akcelrud

Ainda é a mesma a linguagem dos arrogantes generais e dos carreiristas políticos. Mas já não dá mais para esconder que a camarilha militarista no poder, no Estado de Israel, está sendo empurrada para a defensiva em todas as frentes sob a pressão da inesperada, imprevista e surpreendente rebelião juvenil palestina nos territórios ocupados. Começa a deteriorar-se uma relação de forças que parecia consolidada e definitiva.

O fator detonante

Externamente, o isolamento internacional crescente do Estado de Israel contrasta com a recuperação do prestígio mundial da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Internamente, cresce o movimento popular israelense pela paz — não só nos seus efetivos, mas também na organização e iniciativa política — em torno das palavras de ordem da solidariedade judeu-palestina: cessação da selvagem repressão, conferência de paz no quadro das Nações Unidas, reconhecimento mútuo que implica em apoio israelense ao Estado Palestino e recíproca aceitação do Estado de Israel pelos palestinos.

O fator desencadeante do processo em marcha e em aceleração é a **rebelião desarmada** da juventude palestina. É o combate imprevisível criado por um povo subjugado na sua luta de libertação social e nacional. A grandiosa e rica experiência dos meninos e adolescentes palestinos está incorporada, desde já, ao patrimônio das lutas populares de nossa época.

O que mudou, como e por que

Desde uma primeira abordagem, na visão de conjunto do novo quadro, destacam-se duas alterações principais que mudam não apenas a aparência externa dos acontecimentos, mas (o que é mais importante) seu conteúdo, significado e perspectiva.

O fato novo decisivo é a intervenção e liderança de uma geração nascida e criada no cativeiro, condenada à impotência e inutilidade política pelas condições desumanas de vida que lhe foram impostas. Pois é precisamente esta geração desafortunada quem trava a batalha principal, inventa formas de lutas e lhes determina o ritmo e objetivos táticos.

A tônica política mudou. O centro de gravidade organizativo é outro. Em lugar de grupos montados e treinados no exterior para sortidas esporádicas, a luta continuada e permanente da população palestina concentrada no solo nacio-



Um levante que já pertence ao patrimônio das lutas populares de nossa época

nal. As formações armadas a partir dos acampamentos no exílio revelaram-se dependentes e manipuláveis pela "ajuda" das diversas oligarquias árabes. Quando os palestinos resistiam ao controle político e militar dos governos árabes foram cruelmente reprimidos, como ocorreu notoriamente no Líbano, na Jordânia e na Síria. Essa dependência retardava (quando não impedia) a acumulação de forças. As lutas de massas, pelo contrário, são a expressão da autonomia nacional palestina no seio do próprio mundo árabe.

Em lugar da bomba num supermercado ou contra um inocente ônibus escolar, a chuva de pedras sobre as forças ocupantes. Os comandos enviados ao exterior não raro causavam profundo dano à causa palestina, pois degeneravam frequentemente em ação terrorista contra indefesos civis. Agora, não. A luta de massas é o insubstituível exercício político e de organização, mobilizando toda a população.

Doutrina em bancarrota

O segundo fator de relevo é a bancarrota da doutrina militar israelense baseada em três conhecidos postulados: 1) guerras curtas e fulminantes (para não prejudicar a marcha da economia); 2) operações militares em território inimigo (para poupar o país da devastação da guerra) e 3) força suficiente para derrotar qualquer combinação inimiga (para garantir a iniciativa estratégica).

A nova e inusitada guerra das armas modernas contra o estilingue não só é longa como de duração imprevisível. É impossível destruir impunemente a população palestina dos territórios.

Em vez de lutar em território inimigo, o exército refluí para as áreas sob jurisdição israelense. Para manter os terri-

tórios tem que empregar contra os civis mais homens do que precisou para conquistá-los a exércitos regulares. A ocupação revela-se perniciosa para a segurança do país. Além disso, o exército não enfrenta uma combinação militar adversa. É notória sua dificuldade em controlar jovens desarmados.

Tudo isto tem um preço político em alta vertiginosa. A luta palestina engendra uma greve permanente. Os territórios ocupados são o viveiro da mão de obra a preço vil, indefesa e inerme, pária político e sindical. É aí que o feitiço vira contra o feiticeiro. O jovem operário dos territórios vê numa só pessoa o explorador de sua força de trabalho e o ocupante que lhe nega os direitos nacionais.

O trabalhador palestino dos territórios tornou-se a força motriz da resistência. Aí está a chave da mudança.

O moderno e poderoso exército de Israel não consegue deter e é incapaz de controlar a desarmada revolta juvenil nos territórios ocupados. Está sendo acuado pela superioridade política dum levante de massa que põe na defensiva uma brutal vantagem militar.

Esta viragem política do movimento palestino desafiou as tutelas imperiais e o paternalismo intervencionista das potências. A discussão do problema vinha sendo chutada para o ano que vem ou para mais tarde ainda, a pretexto das próximas eleições presidenciais nos EUA e parlamentares em Israel. Só os novos governos saídos das urnas poderiam tratar do caso. Nem a reunião de cúpula Reagan-Gorbachev cuidou do tema. Mas, o argumento colonialista foi rapidamente arquivado sob as pedradas da juventude nos territórios ocupados. Reagan teve que votar contra Israel no Conselho de Segurança, pois não pode juntar mais pontos negativos à sua desastrosa política na América Central.

Mensagem de paz

Os conflitos interárabes e as estúpidas guerras (Iran-Iraque) absorvem recursos e ener-

gias e desaquecem as pressões das oligarquias rivais sobre os palestinos. A OLP pôde reconstruir sua unidade, o que favoreceu a mobilização em apoio à luta nos territórios e libertou a iniciativa para negociações de paz. Já na IV Conferência de Organizações Não-Governamentais Sobre a Questão Palestina (Genebra, 07-09-87), Arafat falou claro:

1 — Aceita as resoluções da ONU antes rejeitadas (242 e 338) bem como o princípio da partilha territorial. Esta posição é respaldada pelo consenso da reunificação palestina sob a bandeira da OLP.

2 — Acentua o papel central numa Conferência Internacional de Paz. Apóia a formação de um Comitê Preparatório, permitindo tanto negociações bilaterais israelo-palestinas como as tratativas multilaterais entre os diversos governos.

Racha geral em Israel

O governo de Israel silencia. Quem responde é o movimento popular pela paz. Eis alguns exemplos:

— Carta ao ministro da Defesa, assinada por 300 jovens: "Nós, jovens israelenses, em vésperas de convocação militar, consideramos o controle de Israel sobre os territórios ocupados um obstáculo à paz e um perigo para a democracia e a sociedade (...) Se recebermos ordens para praticar atos de repressão, não teremos alternativa senão recusar".

Dezenas de jovens apresentaram-se nos quartéis com o desafio: "Vim para ser preso. Recuso-me a servir nos territórios".

— Proliferam as organizações pela paz. O movimento das favelas acaba de entrar



Palestina antes de 1947



Um plano de divisão em 1947



Hoje

nesta luta. A maioria dos favorecidos são judeus orientais vindos dos países árabes. São indispensáveis no diálogo.

— As universidades estão contra a ocupação. É o que tornaram público 600 professores universitários de todo o país.

Esta pressão, em volume e

intensidade presente, se reflete em todos os partidos, inclusive na própria coligação governamental. O racha é geral. Até no partido Herut, cidadela anexionista. Foi expulso o ex-chefe da Casa Civil de Beguin, Arieh Nahor, por apoiar a Conferência de Paz contra a opinião do vice-ministro de Defesa, Dekel, partidário da "transferência" em massa dos

palestinos para fora dos territórios a serem anexados.

Os trabalhistas já reconhecem como inevitável uma solução política. O Likud está rachado em torno do "problema demográfico" — uma alta taxa de natalidade prenuncia (para breve) maioria palestina em Israel, já que a imigração estancou, a emigração aumentou (pudera, com essa inflação, guerra e desemprego) e a

fecundidade israelense é mínima.

Tais são os problemas e desafios da hora presente.

Para a OLP trata-se de integração completa no novo processo, isto é, deslocar o eixo de sua ação política para os territórios, o que implica em aumentar o peso político e a influência orgânica do movimento operário palestino.

Para Israel, o desafio é romper a crosta militarista alimentada pela muito conhecida "doutrina da segurança nacional" disseminada pelo Pentágono em todos os países de sua esfera de influência.

A aliança judeu-palestina pela base, isto é, uma consequente política internacionalista, romperá o impasse nos dois pólos do processo.

Fala um revolucionário palestino

O palestino Mahmud Hawari é um militante revolucionário. Membro da Liga Revolucionária Comunista, a seção da IV Internacional no Estado de Israel, Hawari foi entrevistado por Gerry Foley, da revista "International Viewpoint". De suas declarações, destacamos os itens referentes à organização e análise política da rebelião.

Comitês Populares

— O levante foi espontâneo. Nas primeiras semanas, vimos ondas sucessivas de demonstrações, greves e atos de resistência de forma esporádica. Depois os ativistas trataram de organizar e dirigir essa luta. Foram formados Comitês Populares, baseados na coordenação das várias correntes palestinas. O destaque é das principais facções da OLP, mas estão participando também os partidários de Abu Musa e os fundamentalistas islâmicos. A

mídia internacional e a imprensa israelense tentaram pintar os fundamentalistas como a força dirigente do levante. Isto não é verdade de maneira alguma.

Perspectivas políticas

— O levante representa uma mudança qualitativa no balanço de forças entre o sionismo e a luta nacional palestina. O centro de gravidade da luta palestina se transferiu do Líbano, no exterior do país, para a própria Palestina, nos próprios territórios ocupados. O levante demonstrou também que as massas palestinas nesses territórios estão desempenhando um papel decisivo. O motivo nacional palestino deve reorganizar-se de acordo com esta realidade. Deve basear-se nos palestinos que vivem no país. Portanto, deve formular uma nova estratégia a fim de mobilizar e organizar as massas na Palestina.

Até aqui o povo palestino foi levado a crer que sua libertação viria do exterior. No princípio, viria dos países árabes. Depois, foi a vez da guerrilha através das fronteiras. Ultimamente, a libertação viria de iniciativas diplomáticas. O slogan mais recente foi a conferência internacional de paz.

A rebelião mostrou que as massas palestinas estão muito mais avançadas que as lideranças. O movimento palestino tem que basear sua estratégia nas massas da própria Palestina para mudar a relação de forças. A chamada Linha Verde (a fronteira de Israel antes de 1967) desapareceu. A política opressora das autoridades israelenses não se limita aos territórios ocupados, mas atinge a própria sociedade israelense. Deste modo, no momento, existe uma grande necessidade de unir a luta dos palestinos com a dos progressistas is-

raelenses na luta contra o inimigo comum.

Reivindicações imediatas

Nosso jornal em hebraico lança as reivindicações imediatas que defendemos em suas manchetes. Estamos exigindo a libertação de todos os detidos e que se acabe com as deportações, parando com todas medidas repressivas. Queremos os direitos políticos dos palestinos, direito de organização e de protesto, direito de eleger seu próprio governo municipal e igualdade de taxa-ção de impostos.

O levante mostrou que tais reivindicações podem ser alcançadas.

Achamos que é mais realista e razoável começar levantando reivindicações contra o sistema antidemocrático e o sectarismo religioso imposto no país, capazes de mobilizar toda a população, do que o apelo para um Estado Palestino ao lado de Israel.

Adelmo Genro Filho 1951-1988

Faleceu em fevereiro no Rio Grande do Sul o militante revolucionário Adelmo Genro Filho.

Adelmo nasceu em 1951 na cidade de São Borja, interior do Rio Grande do Sul. Finalizou seus estudos superiores em jornalismo na cidade de Santa Maria. Deste período, datam seus primeiros escritos, abordando questões que abrangiam desde os fenômenos estéticos até análises da situação política do país sob a ditadura militar. Seus textos não foram caracterizados, em nenhum momento, pela neutralidade, pelo descompromisso com os problemas práticos dos indivíduos e das maiorias.

Foi eleito vereador pelo MDB em 1976. Foi perseguido e processado pela Lei de Segurança Nacional durante o governo Figueiredo. Posteriormente, filiou-se ao PT de Santa Catarina, onde era, atualmente, membro do Diretório Regional.

Membro do Conselho Editorial da revista Teoria e Política, muitas das suas contribuições foram aí publicadas. Vale a menção ao texto Introdução à crítica ao dogmatismo, considerada por muitos, inclusive pelo professor Florestan Fernandes, como um marco e ponto de partida importante para uma abordagem realmente revolucionária do marxismo.

Entre as obras publicadas de Adelmo, estão Hora do Povo, uma vertente para o fascismo (com Sergio Weigert e Marcos Rolim), Fazendo o Manhã (com Sergio Weigert, Afonso Combá de Araújo Filho, Tarso Fernando Genro, Otto Alcides Oblweiler, Oseas Duarte de Oliveira), Lenin, coração e mente (com Tarso Fernando Genro), Contra o Socialismo Legalista (uma polêmica com José Dirceu e Wladimir Pomar) e agora O Segredo da Pirâmide, sua tese de mestrado, uma abordagem pioneira sobre o fenômeno do jornalismo.

Fique por dentro

Cadernos Democracia Socialista

Vol. I — Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado	Cz\$ 100,00
Vol. II — Teses Sindicais	Cz\$ 100,00
Vol. III — Marxismo e Religião na América Latina (Michael Löwy)	Cz\$ 70,00
Teoria Leninista da organização (Ernest Mandel)	Cz\$ 250,00
Da crítica ao populismo à construção do PT (Raul Pont)	Cz\$ 250,00
Caminhos da construção (Agamenon Vieira)	Cz\$ 150,00
Pacto social — Da negociação ao pacote (Régis Moraes)	Cz\$ 200,00
Violência rural e reforma agrária	Cz\$ 100,00
O que é estrutura sindical (Vito Gianotti)	Cz\$ 150,00
Liberdade sindical no Brasil (Vito Gianotti)	Cz\$ 150,00
Perspectiva Internacional — N.ºs 5, 7 e 10	Cz\$ 50,00
Perspectiva Internacional — N.º 8/9	Cz\$ 70,00
História das Tendências (Antônio Ozai)	Cz\$ 400,00
A luta de Karl Marx contra o barão de Munchausen (Michael Löwy)	Cz\$ 600,00
Che — Vinte anos depois	Cz\$ 500,00
Rosa, a vermelha	Cz\$ 400,00
O lugar do marxismo na história (Ernest Mandel)	Cz\$ 250,00
Reforma agrária — a luta pela terra no Brasil (Isaac Akcelrud)	Cz\$ 150,00
A burguesia e a contra-revolução (Karl Marx)	Cz\$ 200,00
A necessidade do controle social (István Mészáros)	Cz\$ 200,00
A crise do movimento comunista (Fernando Claudin)	Cz\$ 450,00
As lutas de classes na França (Marx)	Cz\$ 300,00
A guerra civil na França (Marx)	Cz\$ 250,00
O imperialismo, fase superior do capitalismo (Lênin)	Cz\$ 200,00
A nova mulher e a moral sexual (Kollontay)	Cz\$ 250,00
Textos políticos (Guevara)	Cz\$ 300,00
Textos econômicos (Guevara)	Cz\$ 300,00

Conselho Editorial: Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.180, fone 226-0646, Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.210 — Fone: 27-4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; João Pessoa: Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Cardeal Arcoverde, 2958 — Pinheiros — São Paulo

MANDEL NO BRASIL

Entre os dias cinco e quinze de março estará no Brasil, realizando um ciclo de palestras em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro o economista e dirigente revolucionário belga Ernest Mandel. É a segunda vez que Mandel vem ao Brasil (esteve antes em 1984) e o EM TEMPO: aproveita a oportunidade para trazer aqui uma breve nota biográfica desse que um dos maiores teóricos marxistas da atualidade .

Ernest Mandel é conhecido mundialmente como um dos maiores teóricos da economia política marxista da atualidade. Mas Mandel é muito mais que um economista. É militante engajado na luta revolucionária desde a juventude e dirigente da IV Internacional desde o seu II Congresso Mundial. Sua elaboração teórica é profundamente comprometida com o movimento operário e a ação organizada dos marxistas-revolucionários e é tão notável no campo de política como na economia marxista.

No campo da economia política sua contribuição mais expressiva foi a compreensão do desenvolvimento capitalista do pós-guerra, a partir do instrumental clássico do marxismo. De um lado, a obra de Mandel permitiu que se superasse a leitura ingênua do Programa de Transição, que acreditava que a economia capitalista estava estagnada e era incapaz de fazer crescerem as forças produtivas, elucinando também o papel que teve a Segunda

Guerra Mundial na retomada do crescimento da economia. De outro, utilizando a construção teórica das "ondas longas", Mandel pode explicar os limites desse crescimento e antecipar as novas crises que sobreviriam. A crise de 1973 e a recessão que se sucedeu mostraram que a análise de Mandel estava correta. Recentemente, Mandel pôde antecipar-se à quebra da Bolsa de Nova Iorque apontando que a alta do período anterior era uma alta fictícia, resultante de um processo de superacumulação de capitais e das dificuldades de valorizá-los produtivamente. Quando houve a quebra, Mandel apontou o que os economistas burgueses não queriam admitir: que era sinal de uma economia doentia.

Ernest Mandel nasceu em cinco de abril de 1923 em Frankfurt. Em 1940, com 17 anos, aderiu à IV Internacional, que havia sido fundada em 1938. Quando a Bélgica foi invadida e ocupada pelos nazistas, Mandel integrou-se à

resistência. Foi preso pelos nazistas e conseguiu fugir por duas vezes, podendo participar da conferência européia clandestina da IV Internacional em fevereiro de 1944. Um mês mais tarde foi recapturado, condenado a trabalhos forçados pelo tribunal de Oberfeldkon-mandatur, de Liège, e deportado para a Alemanha.

Em 1941 Mandel havia se tornado membro do Comitê Central da seção belga da IV Internacional. Em 1946, quando se realiza o primeiro Congresso da Internacional do pós-guerra, já sem a participação de Trotsky, Mandel é eleito membro de seu Secretariado Internacional. Permaneceu na direção da Internacional após a cisão de 1953 e desde a reunificação em 1963 é membro do Secretariado Unificado.

Como dirigente internacional, Mandel tem lutado pela unidade dos revolucionários a nível mundial e pela construção de uma internacional revo-

IMPRESSO

lucionária de massas. Como propagandista das posições marxistas-revolucionárias, Mandel tem visitado inúmeros países realizando conferências. Sua participação na revolta de maio de 68 lhe valeu a proibição de entrada na França, suspensa em 1981. Esteve também impedido de entrar na Alemanha e nos Estados Unidos.

Na Bélgica, além de dirigir o semanário "La Gauche", Mandel participou da comissão econômica da Federação Geral do Trabalho, de 1954 a 1963.

Desde 1971 Mandel leciona no setor holandês da Universi-

dade Livre de Bruxelas. Sua formação acadêmica realizou-se na universidade de Bruxelas e na Ecole des Hautes Etudes em Paris. Em 1972, foi eleito por professores e estudantes titular da cadeira de economia social na Univesidade de Berlim, numa decisão não aceita pela prefeitura social-democrata da cidade.

Além de realizar conferências, Mandel também tem contribuído para a formação da militância marxista-revolucionária através da elaboração de textos, sendo que mais conhecido entre nós — Introdução ao marxismo — já está em sua quarta edição no Brasil.



Mandel no Brasil em 1984

As obras de Ernest Mandel publicadas no Brasil:

O capitalismo tardio (Abril Cultural); **Introdução ao marxismo** (Ed. Movimento); **O lugar do marxismo na história** (Ed. Aparte); **A teoria leninista da organização** (Ed. Aparte); **A formação do pensamento econômico de Karl Marx** (Zahar); **Marxismo revolucionário atual** (Zahar); **Trotsky — um estudo da dinâmica de seu pensamento** (Zahar); **A burocracia** (Ed. Aparte, no prelo).

Além desses títulos, Mandel tem também publicados em português: **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**; **Da comuna a maio de 68**; **A luta pela democracia socialista na União Soviética**; **Teoria marxista do estado**; **Sobre o fascismo**; **Tratado de economia marxista**.

O LUGAR DO MARXISMO NA HISTÓRIA

Uma brilhante aplicação da interpretação materialista da história ao próprio marxismo.



114 páginas
Cz\$ 250,00

Quero assinar o Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 800,00

() Normal: Cz\$ 600,00

Nome:

Endereço:

CEP:Cidade:Estado

Faça uma assinatura do Em Tempo e receba de brinde um Caderno Democracia Socialista, a escolher entre os três já lançados. Recorte o cupom e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP.